



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 5/2019

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 5/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO (SEI) [0000963-82.2019.6.22.8000](#)

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, E A **ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE-RO**, OBJETIVANDO A COMUNHÃO DE ESFORÇOS PARA A REALIZAÇÃO DA REVISÃO DO ELEITORADO DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE/RO.

A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00, e a **ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE/RO**, inscrita no CNPJ n. 04.380.507/0001-79, com sede na Avenida Daniel Comboni, 1156, Centro, CEP: 76.920-000, Município de Ouro Preto do Oeste/RO, Telefone(s): (69) 3461-5269/2416/99219-9996; E-mail(s): assessoria gabinete po@gmail.com, neste ato representada pelo Senhor Prefeito, **VAGNO GONÇALVES BARROS**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n. 632943 - SSP/RO e inscrito no CPF n. 665.507.182-87, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, mediante autorização constante na Decisão nº 157/2019/GABDG, de 23/04/2019, e de consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto a comunhão de esforços para a realização de revisão do eleitorado no município de Ouro Preto do Oeste/RO, objetivando o atendimento ao eleitor com coleta de dados biográficos e biométricos no município referido, com assunção de responsabilidades próprias de cada parte integrante do presente instrumento, a serem definidas nas respectivas obrigações descritas a seguir.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO TRE-RO

São obrigações do TRE-RO:

1. Arcar com os recursos financeiros para custear despesas diretas envolvendo a revisão do eleitorado no Município de Ouro Preto do Oeste/RO;
2. Fornecer os equipamentos e materiais necessários à adequada prestação de serviços, inclusive aqueles de informática;
3. Disponibilizar e manter em perfeitas condições de funcionamento os Kit's Biométricos e todos os equipamentos e sistemas de informação necessários à adequada prestação de serviços específicos de sua responsabilidade;
4. Responsabilizar-se pela comunicação social relativa à revisão do eleitorado, nos informes publicitários (banners, faixas, cartazes, panfletos, spots de áudio etc) far-se-á menção ao apoio da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste à revisão biométrica no município, com exceção dos informes publicitários "spots";
5. Fornecer água mineral aos servidores da CAE; e
6. Informar ao partícipe as datas das operações itinerantes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE/RO

São obrigações da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste/RO:

1. Disponibilizar espaço na Escola Municipal de Ensino Fundamental, localizada Rua Barroca, 3314, Distrito de Rondoninas, Município de Ouro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Preto do Oeste, CEP: 76.920-000, para o funcionamento da Central de Atendimento ao Eleitor (CAE) no período de 02 a 17/05/2019, ficando responsável pelas despesas com eletricidade, água, limpeza, segurança, gás ou afins;

2. Fornecer água potável aos eleitores que vierem participar do cadastramento biométrico, bem como copos para o consumo e lixo para o descarte;

3. Responsabilizar-se pela limpeza dos banheiros e pelo fornecimento de detergente e de papel higiênico ao eleitor, bem como pela limpeza, recolhimento e destinação adequada dos resíduos;

4. Ceder 01 (uma) zeladora e 01 (uma) copeira para prestar serviços de apoio na CAE;

5. Ceder 01 (um) eletricitista e técnico de TI para auxílio na montagem da CAE;

6. Disponibilizar 01 (um) posto de vigilância, assegurando a segurança do local;

7. Auxiliar a Assessoria de Comunicação da Justiça Eleitoral na divulgação do cadastramento biométrico;

8. A Estância Turística de Ouro Preto do Oeste se compromete, durante o período de atendimento da Revisão Biométrica no Distrito de Rondonias, com data prevista para 06 a 17/05/2019 (10 dias úteis), a ceder, com ônus para a prefeitura e sem ônus para a Justiça Eleitoral, 02 (dois) servidores de seu quadro, de preferência com afinidade com a área de atendimento ao público externo e que exercerão sua jornada de trabalho na CAE e 01 (um) motorista para a realização do traslado dos servidores cedidos até referido distrito;

9. A Estância Turística de Ouro Preto do Oeste se compromete, durante o período de atendimento da Revisão Biométrica em Ouro Preto do Oeste, com data prevista para 03/06/2019 a 23/08/2019 (60 dias úteis), a ceder, com ônus para a prefeitura e sem ônus para a Justiça Eleitoral, 02 dois servidores de seu quadro, de preferência com afinidade com a área de atendimento ao público externo e que exercerão sua jornada de trabalho na CAE;

10. Durante o período da cessão, os servidores cedidos atuarão sob supervisão da Chefia de Cartório da 13ª ZE, ou quem lhe substitua, mas sem vínculo, seja celetista ou estatutário, com a Justiça Eleitoral. Qualquer irregularidade na conduta do servidor cedido deverá ser comunicada ao



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

chefe do setor respectivo na Prefeitura que tomará as providências necessárias;

11. Respeitada a sua jornada legal, o servidor cedido deverá obedecer ao horário designado pela Chefia de Cartório da 13ª ZE durante o expediente da Revisão Biométrica que será das 8h às 18h;

12. O registro da jornada poderá ser feito por Folha de frequência manual, frequência biométrica ou qualquer outro meio idôneo que comprove o horário de chegada e saída do servidor cedido;

13. Mensalmente, a Chefia de Cartório da 13ª ZE deverá encaminhar a folha de frequência do servidor cedido, em data a ser designada pelo setor de Recursos Humanos, ou quem seja competente, na Prefeitura Municipal. O envio deverá ser, preferencialmente, por meio eletrônico;

14. O servidor cedido que não tiver aproveitamento no serviço, se mostrar insubordinado ou, por qualquer outro motivo, tiver comportamento inadequado durante o período da biometria, será devolvido pela chefia de cartório, mediante ofício, onde indicará o motivo da devolução;

15. A cessão se encerra de pleno direito, sem necessidade de formalidade alguma, escoado o prazo do atendimento ao eleitor para Revisão Biométrica, devendo o servidor cedido retornar ao seu órgão de origem imediatamente; e

16. Não se formará vínculo hierárquico entre a Justiça Eleitoral e o servidor cedido, sendo o Chefe de Cartório apenas fiscal da cessão. Questões relacionadas com pagamento, situação funcional ou congêneres deverão ser resolvidas diretamente com a Prefeitura Municipal.

Subcláusula Primeira - A União, por meio do **TRE-RO**, está isenta de responsabilidade por qualquer dano que os servidores cedidos eventualmente venham causar a terceiros.

Subcláusula Segunda - Em hipótese alguma, terá qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária para com a Prefeitura, em relação a qualquer ação ou omissão praticada por esta última, ou por seus servidores, direta ou indiretamente relacionada a este instrumento celebrado que afete os beneficiários ou quaisquer terceiros.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira - É expressamente vedada a menção de nomes de pessoas ou agentes públicos específicos, em decorrência do princípio da impessoalidade, sendo possível dar publicidade ao Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Município e a Justiça Eleitoral, sem favorecimento de qualquer servidor ou autoridade.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá vigência pelo período compreendido entre a data de sua publicação até o dia 30/08/2019, podendo ser prorrogado se houver interesse de ambas as partes, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Acordo de Cooperação Técnica não implica obrigações de natureza financeira para qualquer dos partícipes, que se comprometem a arcar, respectivamente, com eventuais custos que advierem de sua execução, dentro de sua respectiva competência.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Mediante Termo Aditivo, as partes, de comum acordo, poderão promover alterações ao presente Instrumento, desde que não importem em descaracterização do seu objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADESÃO

Este Acordo de Cooperação Técnica poderá ter adesão de outros entes ou órgãos da Administração Pública, direta e indireta, com o apoio institucional e disponibilização de servidores na forma e nas condições nele estabelecidas, mediante assinatura de Termo de Adesão.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Acordo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por iniciativa de qualquer dos partícipes, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou rescindido por descumprimento de qualquer de suas cláusulas, assumindo cada partícipe os respectivos ônus decorrentes das obrigações assumidas.

CLÁUSULA NONA - DA GESTÃO DA EXECUÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

O acompanhamento, controle e execução do presente Acordo de Cooperação Técnica ficará sob responsabilidade do Fórum Eleitoral de Ouro Preto do Oeste/RO (13ª Zona Eleitoral – 13ª ZE).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente instrumento tem como fundamentação, no que for compatível, o contido no art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a legislação que rege a matéria, em especial as Leis nºs 7.444, de 20 de dezembro de 1985 e 9.454, de 7 de abril de 1997, bem como as Resoluções TSE nº 21.538/2003 e 23.440/2015 e o Provimento n. 21/2012-CGE/TSE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O TRE-RO providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia - DJE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem em concordância, lavrou-se o presente instrumento, que, após lido e achado conforme pelas partes, foi assinado por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI.

Porto Velho, 29 de abril de 2019.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES

Diretora Geral do TRE-RO

VAGNO GONÇALVES BARROS

Prefeito da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 29/04/2019, às 14:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VAGNO GONÇALVES BARROS, Usuário Externo**, em 30/04/2019, às 10:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0409923** e o código CRC **D8359BBE**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000963-82.2019.6.22.8000

INTERESSADO: 13ªZE

ASSUNTO: Análise – **Minutas Termos de Cooperação** a ser celebrados entre este Tribunal Regional eleitoral e a Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste – 13ª ZE – Biometria 2019.

PARECER JURÍDICO Nº 0408856 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado para formalização de parcerias, por meio de Acordo de Cooperação Técnica – ACT, entre este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia/TER-RO e entidades públicas com objetivo de comunhão de esforços para realização de revisão do eleitorado com coleta de dados biométricos nas localidades do Estado de Rondônia contida no Provimento nº 3 - CGE, conforme termo de abertura ([0401336](#)).

02. Juntou-se aos autos o Ofício nº 556 GAB-DG que encaminha a Decisão do Excelentíssimo Senhor Corregedor-geral da Justiça Eleitoral, Ministro Jorge Mussi, e Provimento nº 3 CGE, o qual torna pública a relação de localidades a serem submetidas à revisão de eleitorado com coleta de dados biométricos, pertinente ao Programa de Identificação Biométrica 2019-2020, mediante anexo do Provimento nº 1 CGE/2019 ([0401447](#)).

03. Ainda, a instrução do processo foi complementada pela Portaria nº 93/2019 ([0401457](#)), que institui o grupo de trabalho responsável pela referida revisão eleitoral, e o Plano Geral de Trabalho, com a descrição detalhado do projeto em questão ([0401465](#)).

04. Após Despacho nº 1212/201-PRES/DG/GABDG ([0401466](#)), as Zonas Eleitorais 18ª, 28ª, 10ª e 27ª apresentaram informações necessárias à elaboração dos instrumentos contratuais, conforme Informação nº 1741-CRE/GAB18ªZE/18ªZE ([0401710](#)), Informação nº 1761-CRE/GAB28ªZE/28ªZE ([0401840](#)), Informação nº 1775 –



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CRE/GAB10º ZE/10ªZE ([0402079](#)) e Informação nº 1786 – CRE/GAB27ªZE/27ªZE ([0402199](#)).

05. Em seguida, a SECONT elaborou as minutas dos ACTs celebrado entre este Tribunal e a Prefeitura Municipal ([0406875](#)) e a Câmara Municipal ([0406888](#)), ambas, da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste/RO. Tais documentos foram aprovados por esta unidade por meio do Parecer Jurídico nº 0407357/2019-PRES/DG/AJDG, bem como foi autorizada a sua elaboração pela Diretora Geral deste Regional, como se verifica na Decisão nº 157/2019-PRES/DG/GABDG ([0407725](#)).

06. Contudo, devido a Manifestação nº 552/2019-PRES/COPRESI/SECOMS ([0407198](#)) e Manifestação nº 561/2019-CRE/GAB13ª/13ªZE ([0407282](#)), sobre a divulgação, nas peças publicitárias produzidas pelo TRE-RO, o apoio da fornecido pela Prefeitura da Estância Turística e da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste na revisão biométrica daquela unidade da federação, a SECONT elaborou nova minutas ([0408609](#)) em substituição as citadas acima, conforme Remessa SECONT [0408612](#).

07. Assim instruídos, vieram os autos a esta Assessoria para análise e emissão de parecer. **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE

08. Inicialmente cabe registrar que convênio é um gênero que comporta várias espécies, dentre elas o Termo ou Acordo de Cooperação Técnica - ACT. Este pode ser conceituado como instrumento jurídico formalizado entre entidades da Administração Pública ou entre entidades privadas sem fins lucrativos, com o objetivo de firmar interesse na mútua cooperação técnica, visando execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, da qual não decorra obrigação de repasse de recursos entre os partícipes.

09. A Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, estabelece que as minutas de acordos da Administração Pública devem ser previamente examinadas e aprovadas por Assessoria Jurídica da Administração, *in verbis*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

[...]



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Parágrafo único. As **minutas** de editais de licitação, bem como as dos contratos, **acordos**, convênios ou ajustes **devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.** (sem grifo no original)

10. De acordo com o art. 116 da Lei nº 8.666/93, é aplicável aos acordos, **no que couber**, o disposto na Lei de Licitações e Contratos. Nesse sentido, cabe análise da referida minuta de acordo de cooperação quanto à forma, ao conteúdo e à observância da legislação.

11. Em relação à forma, embora se trate de ACT, cuja elaboração não exige maior rigor formal, porque **não envolve responsabilidade de natureza econômico-financeira**, as minutas anexas estão alinhadas, no que for compatível com as disposições do art. 55, da Lei nº 8.666/93, que estabelece as cláusulas mínimas dos contratos administrativos, em especial:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o **objeto e seus elementos característicos**;

II - o **regime de execução** ou a forma de fornecimento;

(...)

VII - os **direitos e as responsabilidades das partes**, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os **casos de rescisão**;

(...) (sem grifo no original)

12. Ademais, considerando que não há obrigações recíprocas de natureza econômico-financeira entre as partes, é possível concluir que as minutas sob análise, também atendem, **no que forem compatíveis**, as disposições do art. 116 e seguintes da Lei nº 8.666/93, que estabelece regras específicas para os acordos firmados pela Administração Pública.

13. Acerca do **conteúdo**, as minutas contemplam o objeto do ajuste, estabelecendo as regras necessárias para sua execução conforme o fim proposto de conjugação de esforços objetivando o cadastramento biométrico dos eleitorados dos municípios de Estância Turística de Ouro Preto/RO, pertencente à jurisdição da 13ª Zona Eleitoral, de Vale do Paraíso, Mirante da Serra e Nova União, todos pertencentes à jurisdição da 28ª Zona Eleitoral.

14. Com relação aos órgãos municipais envolvidos, destaca-se que o cerne das obrigações se encontra descrito nas Cláusulas Terceiras das minutas do ACT (0406875, 0406888, 0407084, 0407087, 0407091, 0407096, 0407106 e 0407111).

15. Por outro lado, à Justiça Eleitoral as principais obrigações presentes nos ACTs sob exame são disponibilização de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

servidores capacitados e de kit's biométricos para realização dos trabalhos de revisão do eleitorado. As demais incumbências são operacionais e decorrentes da natureza dos serviços da revisão biométrica.

16. Com relação à legislação específica, a realização de parcerias pela Justiça Eleitoral com entes da Administração Pública tem previsão expressa na Lei n. 7.444/1985, que dispõe sobre a implantação do processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e a revisão do eleitorado, estando regulada, ainda, pela Resolução TSE n. 23.440/2015 (com alteração no seu artigo 12 pelo artigo 4º da Resolução TSE nº 23.518/2017), que disciplina os procedimentos para a realização da atualização ordinária do cadastro eleitoral, com a implementação de nova sistemática de identificação do eleitor, mediante incorporação de dados biométricos e por meio de revisões de eleitorado de ofício, em municípios previamente selecionados pelos tribunais regionais eleitorais, veja-se:

Resolução TSE nº 23.518/2017:

Art. 4º - O [art. 12 da Resolução-TSE nº 23.440](#), de 19 de março de 2015, passa a vigorar com nova redação do caput e acrescido dos §§ 2º e 3º, alterando-se o atual parágrafo único para § 1º, nos seguintes termos:

Resolução TSE n. 23.440/2015:

[Art. 12.](#) As atividades relacionadas com a atualização do cadastro eleitoral mediante incorporação de dados biométricos, nos serviços ordinários ou de revisão, deverão ser supervisionadas por servidor do quadro de pessoal da Justiça Eleitoral, ou ainda por servidor requisitado ordinariamente ou em caráter extraordinário, cabendo aos tribunais regionais eleitorais examinar a conveniência e oportunidade de aplicação de outros instrumentos administrativos, inclusive os de contratação de pessoal de apoio administrativo, dado o caráter excepcional e temporário desses serviços, voltados à complementação das equipes de trabalho atuantes nas referidas atividades, considerando o grande volume de coletas biométricas a ser alcançado até o fechamento do cadastro eleitoral.

§ 1º Os convênios, acordos e/ou contratos de que trata este artigo deverão ser firmados com fundamento no [parágrafo único do art. 72](#) e no [inciso III do art. 92, ambos da Lei nº 7.444/1985](#).

§ 2º Na hipótese de contratação de pessoal de apoio administrativo para as atividades descritas no caput, será concedido o perfil apoio administrativo para acesso ao sistema ELO pelos profissionais alocados nos contratos celebrados.

§ 3º As funcionalidades do perfil apoio administrativo de que trata o § 2º serão definidas por provimento da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral.

Lei 7.444/1985:

Art. 7º - A Justiça Eleitoral executará os serviços previstos nesta Lei, atendidas as condições e peculiaridades locais, diretamente ou mediante convênio ou contrato.

Parágrafo único - Os convênios ou contratos de que cuida este artigo somente poderão ser ajustados com entidades da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou com empresas cujo capital seja exclusivamente nacional.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 9º O Tribunal Superior Eleitoral baixará as instruções necessárias à execução desta Lei, especialmente, para definir:

(...)

III - as condições gerais para a execução direta ou mediante convênio ou contrato, dos serviços de alistamento, revisão do eleitorado, conferência e atualização dos registros eleitorais, inclusive de coleta de informações e transporte de documentos eleitorais, quando necessário, das Zonas Eleitorais até os Centros de Processamento de Dados;

(...)

17. Nesses termos, verifica-se que as parcerias buscadas por meio dos Acordos de Cooperação que se pretende firmar com os Órgãos Municipais em questão, encontram-se em conformidade com a **Lei nº 7.444/85, Resolução TSE nº 23.440/2015**, como também com os parâmetros normativos da **Lei nº 8.666/93**, verificando-se, por fim, que as partes do ajuste encontram-se no exercício legítimo de suas autonomias administrativas, que no caso estão claramente dirigidas para a realização de seus desideratos legais.

III – DA CONCLUSÃO

18. Diante do exposto, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos e condições das minutas dos Acordos de Cooperação Técnica anexos a este procedimento ([0408609](#) e [0408610](#)), estando os instrumentos aptos a normatizar os ajustes propostos.

19. Por fim, registra-se que esta unidade jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos do instrumento de acordo, conforme pedido a ela submetido, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 25/04/2019, às 12:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 25/04/2019, às 12:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0408856** e o código CRC **979346C9**.

0000963-82.2019.6.22.8000

0408856v7

Criado por 014827562356, versão 7 por 014827562356 em 24/04/2019 16:46:28.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000455-10.2017.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA - TRE-RO

ASSUNTO: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – ENTIDADES PÚBLICAS.

DECISÃO Nº 157 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo visa o estabelecimento de Acordos de Cooperação Técnica entre este Tribunal e entidades públicas dos Municípios de **Ouro Preto D'Oeste, Vale do Paraíso, Nova União e Mirante da Serra**, com o propósito de prover logística adequada para a realização das atividades de revisão do eleitorado com coleta de dados biométricos nos referidos municípios, pertencentes à jurisdição da 13ª e 28ª Zona Eleitoral.

Os autos foram instruídos com o Provimento CGE nº 03/2019, que aprovou a inclusão dos referidos municípios para a revisão do eleitorado com coleta de dados biométricos (0404099); a Portaria do TRE/RO n. 93/2019, que instituiu o Grupo Gestor responsável pela coordenação da revisão eleitoral nos municípios rondonienses, bem assim o Plano de Trabalho juntado ao evento n. [0401465](#).

Após determinação desta Diretoria e solicitação de diligência pela SECONT/SAOFC, os Chefes de Cartório da 13ª e 28ª Zona Eleitoral juntaram as informações necessárias ao pretendidos acordo nos eventos n. [0401840](#), [0406238](#), [0406532](#), [0407282](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em seguida, foram juntadas as minutas do Acordos de Cooperação o TRE-RO e as Instituições: Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste/RO ([0406875](#)); Câmara Municipal da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste/RO ([0406888](#)); Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso ([0407084](#)); Prefeitura Municipal de Nova União ([0407087](#)); Prefeitura Municipal de Mirante da Serra ([0407091](#)); Câmara Municipal de Vale do Paraíso ([0407096](#)); Câmara Municipal de Nova União ([0407106](#)) e Câmara Municipal de Mirante da Serra ([0407111](#)).

Instada a se manifestar, a Assessoria Jurídica, por meio do Parecer Jurídico n. [0407357](#) aprovou os termos e condições dos Acordos de Cooperação Técnica supracitados, tendo em vista tais instrumentos estarem aptos a normatizar os ajustes propostos.

No mesmo sentido manifestou-se o Secretário da SAOFC nos termos do evento n. [0407577](#).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Inicialmente cabe registrar que as parcerias buscadas por meio dos Acordos de Cooperação que se pretende firmar com os Órgãos Municipais em questão, encontram-se em conformidade com a **Lei n. 7.444/85, Resolução TSE n. 23.440/2015**, como também com os parâmetros normativos da **Lei n. 8.666/93**.

No que diz respeito à forma e conteúdo, nos termos do bem lançado parecer da AJDG, fica claro que a minutas anexas atendem a todas as disposições normativas que regem a matéria.

Verifica-se, também, que as partes do ajuste se encontram no exercício legítimo de suas autonomias administrativas, estando claramente dirigidas para a realização de seus desideratos legais.

Assim, adotando os fundamentos contidos no Parecer Jurídico nº [0407357](#)/2019 - AJDG, com base no art. 1º, inciso II, da Portaria TRE-RO nº 66/2018, **AUTORIZO a elaboração do Acordos de Cooperação Técnica – ACT entre o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO e as Instituições relacionadas nos eventos n. [0406875](#), [0406888](#), [0407084](#), [0407087](#), [0407091](#), [0407096](#), [0407106](#) e [0407111](#), cujas minutas foram aprovadas pela AJDG**, com vistas à realização da revisão do eleitorado com coleta de dados biométricos nos Municípios de Ouro Preto do Oeste/RO, Vale do Paraíso/RO, Nova União/RO e Mirante da Serra/RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

À SAOFC para a adoção das providências necessárias para a formalização dos Acordos de Cooperação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 23/04/2019, às 12:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0407725** e o código CRC **76BBB2BE**.

0000963-82.2019.6.22.8000

0407725v12

Criado por 010103792313, versão 12 por 004577222313 em 23/04/2019 12:26:35.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Espécie: Acordo de Cooperação Técnica nº. 05/2019/TRE-RO, assinado em 30/04/2019, firmado entre o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO, CNPJ: 04.565.735/0001-13 e a ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE/RO, CNPJ: 04.380.507/0001-79; Objeto: Comunhão de esforços para a realização de revisão com coleta de dados biométricos do eleitorado no município de Ouro Preto do Oeste/RO. Fundamentação Legal: Art. 116 da Lei nº 8.666/1993, e suas alterações; Lei nº. 7.444/1985; Resoluções TSE nºs. 21.538/2003 e 23.440/2015. Vigência: A contar da publicação até o dia 30/08/2019. Signatários: Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO e Excelentíssimo Senhor VAGNO GONÇALVES BARROS, Prefeito da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste - RO. Processo SEI n. [0000963-82.2019.6.22.8000](http://www.tre-ro.jus.br/sei/0000963-82.2019.6.22.8000).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 30/04/2019, às 10:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0409945** e o código CRC **66F4C62F**.

0000963-82.2019.6.22.8000

0409945v3

Criado por 006007062364, versão 3 por 006007062364 em 30/04/2019 10:44:11.